



PROLEGÔMENOS AOS “PROLEGÔMENOS”. (SOBRE O LUGAR DAS “INVESTIGAÇÕES LÓGICAS” NO *PSICOLOGISMUSSTREIT*)

Prolegomena to “Prolegomena”(on the place of “Logical Investigations” in *Psychologismusstreit*)

MARIO ARIEL GONZÁLEZ PORTA *

Prolegómenos a los “Prolegómenos”. (sobre el lugar de las “Investigaciones lógicas” en el *Psychologismusstreit*)

Resumo: O presente artigo se propõe esclarecer o lugar das “Investigações lógicas” husserianas no *Psychologismusstreit*, primariamente desde o ponto de vista histórico-filosófico, mas sem desconsiderar a perspectiva sistemática.

Palavras chaves: Psicologismo, Método psicológico, Realismo lógico.

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Email: mariopor@pucsp.br . Orcid 0000000182201540

Abstract: This article aims to clarify the place of husserlian “Logical Investigations” in the *Psychologismusstreit*, primarily from the historical-philosophical point of view, but without disregarding the systematic perspective.

Keywords: Psychologism, Psychological method, Logical realism.

Resumen: Este artículo pretende clarificar el lugar de las “Investigaciones lógicas” husserianas en el *Psychologismusstreit* principalmente desde el punto de vista histórico-filosófico, pero sin dejar de lado la perspectiva sistemática.

Palabras clave: Psicologismo, Método psicológico, Realismo lógico.



Introdução

Ainda que não haja nenhuma dúvida de que os “Prolegômenos” husserlianos constituem um momento decisivo no chamado *Psychologismusstreit* (PS), este nem começa nem termina com aquela obra, mas tem um importante desenvolvimento anterior, posterior e, inclusive, absolutamente independente dela. Contudo, os “Prolegômenos” têm sido decisivos não meramente do ponto de vista sistemático, por serem considerados como um momento de virada, mas também do ponto de vista histórico-filosófico, pois determinaram e determinam ainda hoje o modo de abordagem do PS por parte dos pesquisadores, como o evidenciam ainda os melhores trabalhos escritos sobre o tema, os quais não só situam esta obra no centro da consideração, mas ordenam o material em torno dela. Entretanto, esta estratégia impede por um lado situar adequadamente os “Prolegômenos” no seu contexto histórico-filosófico (e, portanto, na sua adequada significação), e, por outro, produz uma distorção grave na compreensão e apresentação do PS, pois os “Prolegômenos”, e dada sua intenção polêmica, trabalham como simplificações que não atendem à necessidade de modos de consideração mais diferenciados.

Por esta razão, nos propomos estabelecer os prolegômenos aos “Prolegômenos”, e, isto, num duplo sentido já indicado pelas observações anteriores. Por um lado, reconstruindo o horizonte geral da polêmica, com as suas diversas etapas e vertentes e situando os próprios “Prolegômenos” nele; por outro, evidenciando a necessidade de distinções e precisões que estão ausentes nesta obra e que são não obstante necessárias para uma compreensão mais adequada do fenômeno que está sendo considerado.

O cumprimento da tarefa proposta implicará colocar em evidência que existem diferentes variantes do psicologismo e, correlativamente, diferentes variantes do anti-psicologismo.

Distinguindo Tendências e Momentos no Psicologismo

As histórias do PS são todas, sem exceção, incompletas, e isto, não só porque não consideram momentos e aspectos essenciais da polêmica, efetuando um recorte na mesma, mas também porque elas são propriamente histórias do anti-psicologismo, onde os psicologistas ingressam unicamente como atores coadjuvantes (Gurland-Eliaschoff, 1910; Moog, 1919; Rath, 1994; Kusch, 1995. Compare Porta, 2020b.). A história, a escrevem os vencedores. Como o anti-psicologismo é triunfante, pouco interesse se tem mostrado em estudar o fenômeno do psicologismo por si mesmo. Se a história do PS está por ser escrita, com mais razão o está a história do psicologismo.

É óbvio que não podemos cumprir aqui com esta tarefa. Podemos sim, porém, chamar a atenção sobre um fato, a saber, que ainda que, certamente, o psicologismo é uma tendência geral muito presente no século XIX, e que, de uma forma ou outra, está vinculada ao pujante naturalismo, por outro lado, não é menos certo que nele se deixam diferenciar claramente variantes. A diversidade de variantes no psicologismo está intimamente vinculada ao fato delas terem diferentes motivações, e isto, pela sua vez, a que o psicologismo é produto da confluência de vários fatores, os quais exercem um papel mais o menos decisivo em cada uma delas.

Podemos distinguir cinco elementos que confluem no PS para dar a ele sua forma característica, e que, ainda quando possuem um certo grau de autonomia e independência recíproco, eventualmente interatuam entre si em diversos modos, a saber,

- a. a situação da própria filosofia, principalmente, a luta contra o giro especulativo do idealismo transcendental, que leva à insistência na necessidade de uma conciliação da filosofia tanto com a ciência quanto com a experiência;
- b. a interpretação de Kant, que é um aspecto do anterior;
- c. a situação da incipiente psicologia, primeiro como disciplina específica dentro da filosofia, logo como disciplina autônoma diante da filosofia;
- d. a situação da fisiologia, em particular, dos estudos sobre a percepção;
- e. a situação das matemáticas.

Sobre a base do anterior, podemos distinguir quatro variantes principais do psicologismo, a saber,

- a. a variante derivada do “método psicológico” (MP), na qual, pela sua vez, como veremos, podem-se distinguir vertentes ou tendências;
- b. a variante derivada do materialismo;
- c. a variante derivada do monismo neutral e
- d. a variante derivada da *logische Frage*



a. Começando pela primeira, é decisivo aqui não confundir a questão referente ao método da psicologia da questão referente ao MP. A primeira se refere à psicologia e se vincula à oposição entre programas de investigação tais como introspeccionismo e conductismo; a segunda se refere à filosofia, a saber, se trata, contra o idealismo especulativo, de dar à filosofia uma fundamentação empírica, mais concretamente, em considerar à psicologia como disciplina fundamental da filosofia. Na origem deste movimento se encontra Fries (1828 [1935]), e uma realização radical desse programa em Beneke (1842 [2005]). Ainda que certamente existam, entre ambos, algumas diferenças relevantes (por exemplo, num caso se trata de uma psicologia estrutural, no outro, de uma psicologia genética), um ponto comum a ambos é que na fundamentação do MP é decisiva a tese da distinção radical entre percepção interna e externa vinculada à ideia do primado da primeira sobre a segunda, e com ela do “princípio de imanência” (PI), e, em definitiva, o proceder introspeccionista.

A influência do positivismo vai levar a uma reação a este introspeccionismo, dando lugar a duas vertentes novas do MP, ambas “externalistas”. A primeira, cujo nome de referência é Helmholtz (1855), e na qual se pode incluir Lange (1887) e, em diferentes graus, muitos outros, atenderá essencialmente aos avanços da fisiologia e da psicofísica (em particular Müller, Fechner e Weber). A segunda vertente, que estende o herbartianismo da psicologia individual à social, e com isto à história, estará representada por Lazarus e Steintahl (1860).

Outra vertente do MP, surgida como reação a estes últimos desenvolvimentos, mas também se distanciando dos anteriores, proporá uma psicologia descritivo-estrutural, e terá como suas principais figuras Dilthey (1883) e Brentano (1874).

Resumindo, dentro da tradição do MP temos pelo menos quatro vertentes,

- a.1. a introspeccionista, seja estrutural, seja genética,
- a.2. a externalista, seja psicofisiológica,
- a.3. seja “*völkerpsychologisch*”,
- a.4. e a variante descritiva e estrutural.

Esta última variante é certamente uma variante do método psicológico, mas não necessariamente do psicologismo, pois em Brentano ela pretende desenvolver um anti-psicologismo realista e anti-platônico.

b. Frente ao psicologismo derivado do MP, e em relação de tensão com o mesmo, se encontra o psicologismo derivado do materialismo, tal como, por exemplo, pode ser constatado em Czolbe (1855). As consequências relativistas deste psicologismo, lhe são comuns com as consequências relativistas do psicologismo baseado no MP, mas o fundamento delas é diferente. Todos os defensores do MP são francos opositores do materialismo. Em particular convém não confundir o psicologismo derivado do materialismo com a variante psicofisiológica do MP, pois também nesta se apela a uma irredutibilidade e especificidade do psíquico, presente na referência a fenômenos inconscientes inferenciais como base da construção do objeto perceptivo.

c. Se o MP, em todas suas variantes, e pese as diferenças entre elas, seja de modo positivo, seja de modo crítico, pressupõe a distinção fundamental entre experiência interna e externa, e nisto não deixa de coincidir com o materialismo, o monismo neutral questiona este pressuposto e, ainda quando num certo sentido, pode ser expressão do “método subjetivo” (Natorp, 1887), certamente não é expressão do MP em sentido preciso. Seus representantes são Mach (1885, 1906) e Avenarius (1888/1890 [1907-1907]).

d. Outra variante de psicologismo, está essencialmente vinculada à *logische Frage*. “*Logische Frage*” *strictu sensu* denomina a polêmica desatada por Trendelenburg (1843) contra Herbart e Hegel, isto é, tanto contra a determinação da lógica como disciplina formal, como contra sua interpretação metafísica em base a teses da identidade de ser e pensar. Ora, a discussão de Trendelenburg com Herbart e Hegel e seus desdobramentos é o horizonte de referência de tudo o que se escreve na lógica alemã dos anos posteriores e, em particular, nas décadas de 80’ e 90’, isto é, em Sigwart (1873), Erdmann (1892), Wundt (1883) e Lipps (1893). As lógicas deste período partem de um similar *status questionis*, procurando se distanciar simultaneamente do formalismo herbartiano e do “metafísicismo” hegeliano. É como reação à identificação hegeliana de lógica e metafísica que se desata na Alemanha uma marcada tendência imanentista que, potenciando o papel central do PI muito além do seguimento ou não do programa específico do MP, leva a uma restrição da lógica ao âmbito do pensar (*Denken*) e que, se num primeiro momento, com Lotze, se limita a negar o caráter objetivo-real de categorias lógicas fundamentais afirmado por Hegel (como conceito ou silogismo), termina motivando a insistência no caráter das leis lógicas como “leis do pensamento” (*Denkgesetze*). É este acento na limitação da lógica ao *Denken*, o que provocará uma certa tendência laxa ao “idealismo” (que reverte em boa medida o movimento realista dentro do MP iniciado por Beneke e continuado por Brentano) e ao relativismo (Porta, 2019/2020).

Ainda quando *Psychologismustreit* e *logische Frage* não devem ser identificados, eles estão em estreita relação pois justamente as derivações da *logische Frage* têm um papel essencial para incentivar uma nova e singular onda de psicologismo nos 80’ e 90’ e que tem um grande impacto na lógica geral e formal. O psicologismo dos lógicos nos 80’ e 90’, com seu relativismo antropológico característico, não é o resultado direto do desenvolvimento do MP, mas do entrecruzamento deste último, primariamente em suas variantes idealistas, com aquele desencadeado pela *logische Frage*.



Prestando Atenção aos Alvos Críticos do Anti-Psicologismo

Se há quatro variantes principais de psicologismo no século XIX, há nele duas variantes principais de antipsicologismo, o neokantiano e o próprio do realismo lógico. Quando se distinguem tipos de psicologismos, é possível observar que uma importante diferença entre o anti-psicologismo neokantiano e o anti-psicologismo do realismo lógico é que eles estão dirigidos primariamente contra diferentes tipos de psicologismo. Este fato pode ser provado sem discussão possível quando se consideram os autores que tomam como seus alvos críticos privilegiados. Enquanto Cohen (1871, 1883) e Windelband (1884) partem da *Völkerpsychologie*, o psicologismo que este neokantismo “fundacional” tem em vista, é primariamente o de Fries (compare Casirer, 1907) e Beneke, por um lado, e de Lange e Helmholtz, por outro (ver Porta, 2011). O psicologismo que o realismo lógico tem em vista, pela sua parte, é, no caso de Frege (1893), explicitamente Erdmann (ainda quando Frege também leu Sigwart, Wundt e Schuppe) e no caso de Husserl (1900 [1975]), Erdmann, Sigwart, Lipps, Wundt e Stuart Mill. Em base ao exposto anteriormente, resulta claro, então, que o psicologismo que o neokantismo combate é primariamente aquele vinculado ao MP e suas derivações, enquanto que o psicologismo que o realismo lógico combate, é aquele vinculado à *logische Frage*.

É tudo isto erudição inútil? Não creio, pois observem que não só os autores que são o objetivo da crítica são diferentes, mas que os motivos de crítica também são diferentes. Para começar dando um exemplo do que dizemos que torne nossa tese plausível, observe-se que o psicologismo que Cohen está criticando em Lange ou em Helmholtz, é um psicologismo com respeito ao espaço como forma *a priori* da intuição e, eventualmente, com respeito à causalidade como forma *a priori* do entendimento, e não, como é o caso de Frege ou de Husserl, um psicologismo com respeito às leis fundamentais da lógica formal ou geral, tais como, por exemplo, o princípio de identidade. Para aprofundar nesta diferença, é absolutamente necessário considerar a relação entre o processo de aritmetização do cálculo e a *logische Frage*.

A Vertente Platônica do Anti-Psicologismo

Um dos primeiros capítulos do PS, talvez o primeiro, é o produto da recuperação da ideia kantiana de uma lógica formal, livre de elementos psicológicos, através de Herbart (1813 [1983]), por um lado, e por Bolzano (1837 [1985]), de outro. Todavia, este anti-psicologismo não pode ser entendido sem mais como uma mera continuação do kantiano, pois há nele elementos novos que o vão distinguir claramente do kantiano, a saber, seu tom “platônico”. Mas, ainda que tanto Herbart como Bolzano são em certo sentido “platônicos”, o tipo de platonismo é diferente, não menos diferente que, em soma, sua própria concepção de lógica.

Com Herbart se dá um passo decisivo à constituição do PS como polêmica (*Streit*) através da sua discussão com Beneke e, posteriormente, deste com Drobisch. Todavia, se Herbart distingue claramente lógica e psicologia, o faz como uma distinção de dois pontos de vista sobre a mesma realidade, na última instância psicológica, não como uma distinção entre duas esferas de objetos, reais e abstratos. Vinculado a isto está sua ideia da normatividade essencial da lógica. Justamente pelo anterior, se Herbart afirma aparentemente a identidade do elemento ideal na multiplicidade de suas realizações subjetivas, esse elemento ideal é concebido como *limes* de aproximação de processos psíquicos reais, não como objetos em-si existentes.

Bolzano, entretanto, é o primeiro que introduz claramente a ideia de que a lógica é o estudo de objetos abstratos. Sua diferença essencial com Kant, mas também com Herbart, é que o portador de verdade deixa de ser o juízo e passa a ser a proposição, motivo pelo qual essa, e não aquela se constitui no objeto da lógica.

A diferença entre Herbart e Bolzano na concepção de lógica, está vinculada a outra, mais decisiva, que se encontra na base da anterior. O platonismo de Bolzano, diferente do de Herbart, está essencialmente vinculada ao programa logicista derivado da nova situação das matemáticas e da aritmetização do cálculo.

Todavia, este platonismo exigido pela consolidação de uma tendência logicista derivada da evolução das próprias matemáticas, com sua postulação de objetos abstratos, entra em rota de colisão com o imanentismo anti-metafísico derivado da *logische Frage* e suas consequências francamente relativistas. Será a reação a este relativismo psicologista derivado da *logische Frage* o que dará ao PS sua forma canônica definitiva ou, ao menos, mais conhecida. O psicologismo na lógica que Frege e Husserl criticam não tem sua única, e nem sequer sua mais importante fonte na tradição do MP, mas nas derivações da *logische Frage*.

A Vertente Neokantiana do Anti-Psicologismo e suas Diferenças Características com o Realismo Lógico

Para fixar mais nitidamente a peculiaridade do anti-psicologismo vinculado ao realismo lógico, é importante o contrapor à outra grande tendência anti-psicologista própria do neokantismo.

Se diz muitas vezes que o PS foi uma disputa em torno à lógica. Isto certamente é falso, pois o PS se estendeu à ética, à estética e, em última instância, à filosofia como um todo e além dela. Não obstante o dito, tal afirmação tem sua razão de ser, já que a disputa em torno à lógica foi um eixo importante do PS. Contudo, ainda tomando em conta a consideração anterior, tal ideia continua sendo ao menos equívoca se não se per-



cebe que, quando neokantianos e realistas lógicos falam de “lógica”, estão entendendo duas coisas distintas, já que, como indicamos anteriormente, num caso se trata da lógica formal (ou eventualmente geral), no outro, da lógica transcendental. Ora, o que os neokantianos chamam “lógica transcendental”, poderia ser retraduzido com mais precisão na linguagem atual como “epistemologia”¹.

Todavia, isto ainda não é suficiente para evitar todo equívoco, pois o que os realistas lógicos chamam de “lógica”, não é simplesmente o que hoje entenderíamos por lógica matemática, mas inclui essencialmente questões semânticas que dizem respeito a entidades intensionais, pois, como já temos indicado, a partir de Bolzano o depositário último da verdade não é o juízo, mas a proposição, tese esta que, com variações, se mantém em Frege, Husserl ou Russell. Em suma, o realismo lógico vai introduzir uma dimensão propriamente semântica no anti-psicologismo que não estava presente em nenhuma forma nem em Kant nem em Herbart, mas que será essencial para o seu desenvolvimento posterior. A partir de agora, o anti-psicologismo lógico e o semântico se desenvolvem em estreita união.

Este fato marca decisivamente a peculiaridade do anti-psicologismo característico do neokantismo. A grande diferença entre a vertente platônica e a neokantiana do anti-psicologismo é que se a primeira se concentra na lógica e por derivação essencial na semântica (ainda quando, segundo os casos, não desconhece totalmente a epistemologia), a segunda se concentra na epistemologia e desconsidera ou ignora a dimensão propriamente lógica e/ou a semântica². Agora, o fato de que o anti-psicologismo kantiano não seja um anti-psicologismo lógico-formal, mas essencialmente epistemológico, está vinculado a três elementos de extrema importância para efetuar um estudo diferenciado do PS, a saber

- a. O psicologismo que o neokantismo combate em primeira instância não é aquele derivado da *logische Frage*, como sucedia com o platonismo do século XIX, mas aquele vinculado ao MP e suas derivações.
- b. O anti-psicologismo neokantiano, e por se dirigir à epistemologia e não à lógica geral, é um anti-psicologismo que tem essencialmente por objeto as formas puras da intuição, espaço e tempo, pois foram estas as que tiveram um papel decisivo para psicologizar Kant a partir de Müller e através dos descobrimentos fisiológicos até Helmholtz.
- c. Se o anti-psicologismo neokantiano se opõe caracteristicamente ao psicologismo das formas puras da intuição, não se limita a elas, mas se estende ao *Denken*. O fará, contudo, unicamente enquanto o *Denken* é um instrumento de objetivação dos fenômenos. Justamente por isto, o que está no centro da atenção não é o princípio de identidade e não contradição, mas o de causalidade.

Relações entre Anti-Psicologismo Platônico e Neokantiano

Tão importante quanto distinguir claramente as duas vertentes principais do anti-psicologismo, e os tipos de psicologismo que elas respectivamente combatem, é estudar a relação entre elas.

a. As diferentes concepções de lógica do neokantismo e realismo lógico estão em última instância vinculadas a diferentes concepções da teoria do *a priori*. Para o neokantismo existe conhecimento *a priori*, sendo um dos objetivos principais do movimento o fundamentar o mesmo frente aos ataques empiristas e positivistas. O conhecimento *a priori* dos neokantianos, não obstante, não é, como no realismo lógico, conhecimento de objetos abstratos, entidades intensionais ou essências, mas conhecimento das condições da possibilidade da experiência e, portanto, jamais se desliga dela para adquirir a forma de uma *logische Erkenntnisquelle* autônoma como em Frege ou de intuição categorial como em Husserl.

b. A diferente concepção do *a priori* entre o platonismo e o neokantismo expressa-se em forma paradigmática nas suas diversas concepções do saber matemático. O neokantismo tem um ponto de coincidência e um ponto de divergência essencial com o realismo lógico. A coincidência radica em que, enquanto ambos são receptivos da evolução das matemáticas, ambos são “logicistas”, isto é, negam qualquer papel das intuições puras de espaço e tempo na fundamentação das matemáticas e pretendem fundar as mesmas no pensar (*Denken*). Só que num caso trata-se de um *formales Denken*, no outro de um *transzendentales Denken*. Isto motiva uma diferença essencial na concepção das matemáticas que se expressa no jargão neokantiano na oposição entre “teoria” e “método”. Enquanto para os realistas lógicos a matemática é uma teoria que trata de uma esfera específica de objetos, os abstratos, para os neokantianos, a matemática é “método”, ou seja, um conjunto de procedimentos e/o instrumentos de objetivação dos fenômenos e, em consequência, em última instância, sempre referidos e nunca separáveis dos objetos empíricos. A consequência do anterior é que para os neokantianos o problema da aplicação das matemáticas à física, eventualmente sobre a forma de uma passagem de enun-

¹ Certamente, dado o diferente papel da intuição sensível na escola de Baden, que desperta sua reação ao panlogismo marburguês, sabida diferença entre ambas as escolas, não todo o dito vale para ela. Todavia, não é difícil evidenciar com textos de Windelband (1884) ou Rickert (1892 [1904]), que quando eles falam de “princípios lógicos”, são sempre princípios que incluem de modo essencial o princípio de causalidade, e que expressamente não se limitam ao de identidade e não contradição.

² Aqui, novamente, há diferenças entre os neokantianos de Marburgo e de Baden, pois a fundamentação das *Kulturwissenschaften* e as derivações da crítica a Dilthey, vão promover uma peculiar sensibilidade de Baden para a questão do sentido (*Sinn/Bedeutung*) e a sua objetividade, ainda que de um modo geral e não exclusivamente lingüístico.



ciados analíticos a sintéticos, é simplesmente um problema mal colocado, pouco importando que se concilie analiticidade e informatividade.

c. Na nossa exposição temos contraposto o neokantismo ao realismo lógico e temos evitado conscientemente rotular este, sem mais, como “platonismo”, ainda quando em alguns casos temos empregado esta denominação para autores particulares como Herbart ou Bolzano. A razão de tal opção é que, num certo sentido, tanto neokantismo como realismo lógico são ambos “platônicos”, ainda que, e isto é o essencial, são modos de platonismos diferentes. Estes platonismos diferentes estão vinculados a duas tomadas de posição essencialmente diversas na questão do *chorismós* que tem sua expressão paradigmática nas duas grandes interpretações de Platão do século XIX propostas por Natorp (1903) e por Lotze (1874), uma sublinhando a noção de hipótese, a outra, a noção de *Geltung*. Enquanto Lotze desontologiza Platão, Natorp vai além e o transcendentaliza para legitimar sua peculiar leitura platonizada de Kant.

d. Os diferentes tipos de platonismo apontados são um indicador de uma diferença ainda mais profunda que, na última instância, remete às diversas motivações sistemáticas essenciais do neokantismo e realismo lógico, derivadas de uma diferença programática e histórico-filosófica fundamental. Enquanto o anti-psicologismo do realismo lógico se dirige unicamente contra o psicologismo, o anti-psicologismo kantiano é parte ou aspecto de um programa que por igual se dirige contra o psicologismo e contra o idealismo especulativo. Por esta razão, o horizonte filosófico do realismo lógico é mais reduzido e, concentrando-se no psicologismo, no melhor dos casos, no naturalismo, tem uma relação já historicamente mediada com o idealismo alemão e, por esta razão, menos “angustiante”. A ideia de uma filosofia como conhecimento autônomo diante da ciência, de uma lógica com pretensões ontológicas, de um retorno às formas de realismo, inclusive, é menos urgente; o pavor diante da “metafísica”, menos decisivo.

O *Psychologismusstreit* e a ideia de subjetividade

Se até agora temos estabelecido diferenças entre o anti-psicologismo neokantiano e o do realismo lógico, agora teremos que estabelecer um importante ponto de contato. Desde uma perspectiva que eu chamaria histórico-filosoficamente ingênua, e partindo do pressuposto errôneo de que a oposição entre psicologismo e anti-psicologismo deixa-se resumir à oposição “redução da lógica à psicologia” vs. “independência da lógica em relação à psicologia” (o *Geltung* – *Genese*, natural - normativo, etc.), tenderia a se pensar que o anti-psicologismo pressupõe uma desconsideração absoluta da subjetividade como problema filosófico. Nada mais longe da verdade.

Quando se estuda o PS na sua complexidade histórico-filosófica, observa-se que desde o começo do PS e através de todo seu desenvolvimento, diante dos argumentos anti-psicologistas *standards*, existem também argumentos psicologistas *standards*, o mais importante dos quais consiste em indicar uma vantagem relativa do psicologismo, a saber, que, enquanto o psicologismo, por se manter na esfera da imanência da consciência, não tem dificuldades em dar conta do acesso do sujeito a seu objeto, o anti-psicologismo enfrenta necessariamente esta dificuldade ao pretender introduzir um reino transcendente ao sujeito psicológico. Ora, esta dificuldade não é meramente uma dificuldade entre outras, mas uma verdadeira impossibilidade, pois como é possível explicar que um sujeito real acede a algo que não é real nele? Por outra parte, o anti-psicologismo não pode deixar de dar conta deste acesso, da passagem do objetivo ao subjetivo, sob pena de perder de vista que, em última instância, o conhecimento se realiza em sujeitos psicológicos reais. Porém, todo intento de dar conta desta passagem, subverte os princípios anti-psicologistas, pois põe em evidência que o ponto de partida da psicologia não pode ser evitado.

Poderíamos escrever uma complexa história destes argumentos e suas variações. Mas, aos efeitos do presente artigo, vamos nos limitar a efetuar uma rápida enumeração. O argumento psicologista *standard* aparece pela primeira vez junto com a primeira posição anti-psicologista no sentido contemporâneo, a saber, na polêmica entre Exner y Bolzano. Ele se mantém posteriormente, tanto nas polêmicas Kerry (1887) – Frege, Lipps (1880) – Wundt/Sigwart, Stumpf (1892) - Cohen/Windelband e Marty (1908) – Höfler (1890, 1906) – Meinong (1885, 1921) e, finalmente, Palagy (1902) – Husserl (1903 [1979]). Este ponto está presente inclusive nas polêmicas entre variantes do anti-psicologismo, como por ex. entre Natorp (1901) e Husserl e depois entre Natorp (1918) e Bauch (1917) (compare Porta, 1990).

Pois bem, caso se atenda a este fenômeno, e se considere conjuntamente anti-psicologismo neokantiano e o do realismo lógico, pode-se estabelecer um processo paralelo, que vou reduzir a duas fases:

- a. “objetivismo” inicial do anti-psicologismo nas suas duas variantes;
- b. e consideração da dimensão subjetiva subsequente no anti-psicologismo nas suas duas variantes.



Anti-Psicologismo e Ideia de Subjetividade no Neokantianismo

É possível constatar no neokantismo, tanto na escola de Marburgo, como na escola de Baden, ainda que em formas caracteristicamente diversas, um processo de crescente consideração da subjetividade. Na escola de Marburgo este processo é mais precoce e muito mais inovador. Com efeito, enquanto em Cohen (1871, 1883) todo o esforço está dirigido a separar *Erkennen* y *Erkenntnis* e delimitar *Erkenntnistheorie* e *Erkenntniskritik*, introduzindo assim uma perspectiva puramente lógico-objetiva na epistemologia transcendental, a partir de Natorp (1888) se percebe a necessidade irrecusável de complementar a separação radical do proceder objetivo e subjetivo com uma revisão da própria ideia psicologista de subjetividade, caracterizada em última instância pelo dualismo e o naturalismo.

No caso da escola de Baden, a preocupação com este problema é um pouco mais tardia, ainda que podemos estabelecer um certo paralelo na relação de Natorp (1888) a Cohen, e a de Rickert (1909) a Windelband. Como a escola de Baden, devido o seu programa, pressupõe uma clara diferenciação, *quasi* dualista, entre o reino natural e o normativo, o sujeito aparecerá como instância mediadora entre ambas regiões ou como o *locus* da realização do valor na natureza. Justamente por isto, desde Windelband, mas também continuando em Rickert, prima a ideia de uma psicologia como ciência natural não menos que, por relação à fenomenologia e escola de Marburgo, um certo “naturalismo”, onde a ideia de uma realização do *Geist* na *Natur*, é sempre um princípio orientador (Porta, 2020b).

Anti-Psicologismo e a Ideia de Subjetividade no Realismo Lógico

Já tenho feito referência às críticas de Exner a Bolzano. A resposta de Bolzano (1837 [1935]) é oscilante e não totalmente convincente, no fundo, porque não identifica o pressuposto tácito no qual Exner baseia sua objeção e continua pressupondo uma concepção naturalista de subjetividade onde relações causais e propriamente intencionais se sobrepõem.

Uma situação diferente se apresenta já em Frege, em quem, enquanto em 1884 a crítica ao psicologismo gira primariamente em torno à diferença entre objetivo e real, a partir de 1893 ela se aprofunda para identificar o “idealismo epistemológico” como o último suposto do psicologismo. Esta mudança decisiva não é o produto de um mero desenvolvimento interno do pensamento fregueano, mas nela tem uma papel decisivo a polémica de Frege com Kerry (Porta, 2016. Compare Porta 2017 y 2019)), na qual este último objetou a Frege de sofrer de *horror subjetivi* e não reconhecer o verdadeiro problema da passagem do subjetivo ao objetivo, ao qual Frege responde dizendo que não luta contra moinhos de vento (*Windmühle*) e que tal passagem é um problema mal colocado pois parte de um pressuposto falso, a saber, justamente o “idealismo” segundo o qual meus únicos objetos diretos e imediatos são minhas próprias representações (*Vorstellungen*).

O Lugar das “Investigações Lógicas” no *Psychologismusstreit*

E é aqui onde entra em forma decisiva as “Investigações” husserlianas, pois se se em Frege há um apontamento de algo novo, não há propriamente um desenvolvimento satisfatório da questão e, para este, devemos esperar Husserl. É sabido que na recepção das “Investigações lógicas” se coloca o equívoco de crer poder constatar ou uma carência nos “Prolegômenos” ou uma contradição destes com o segundo volume (Porta, 2013). A carência, apontada como observamos com motivações diferentes por Palagi (1902) e Natorp (1901), conduz à necessidade de complementar o platonismo com uma consideração subjetiva; a contradição, em voltar a recair no psicologismo no segundo volume por introduzir à perspectiva subjetiva. Não vou insistir que isto é obviamente o produto de uma compreensão simplista e inadequada, mas, de todas as formas, documenta claramente o equívoco, que se mantém tanto nos participantes, como nos críticos posteriores, de crer que o anti-psicologismo exclui a possibilidade de toda consideração subjetiva.

Se tomamos o realismo lógico no seu conjunto, podemos dizer que, considerada na perspectiva histórica adequada, a fenomenologia nos seus inícios não é mas que intento de propor uma teoria da subjetividade que lhe seja adequada e, certamente, ainda mais, a culminação mais acabada desta exigência. Em tal sentido é importante atender a um aspecto dos “Prolegômenos” que geralmente não é levado em conta na análise do anti-psicologismo husserliano; me refiro a como Husserl (1900) estabelece sua relação ao realismo lógico anterior (Herbart, Bolzano e Lotze). E é ali onde Husserl, ainda que por um lado marque sua continuidade com os autores mencionados na questão “realismo lógico”, por outro, assim mesmo, também estabelece sua diferença fundamental ao indicar a ausência em todos estes autores de um tratamento adequado da subjetividade, consequência da sua comum tendência naturalista. Interessantemente, nem em sentido positivo, nem em sentido negativo, Frege é citado neste contexto. Isto, certamente, não é casualidade.

Em realidade, visto na perspectiva histórico-filosófica adequada, Herbart, Bolzano e Lotze representam um momento no qual o platonismo convive tensamente com o naturalismo, o que se reflete na teoria da subjetividade. O apartamento do naturalismo, e a busca de uma teoria da subjetividade adequada ao platonismo,



dá um primeiro passo decisivo com Frege, mas, sem dúvida, encontra sua plena realização em Husserl, o qual termina opacando e tornando insignificante o passo essencial dado por Frege. Mas basta comparar as críticas que Husserl dirige a Lotze, com as críticas que lhe dirige Frege, para ver aqui uma tendência comum essencial.

As similitudes entre Frege e Husserl ficam ainda mais claras, quando ambos são comparados em bloco contra o neokantismo. Se é possível estabelecer um paralelo na evolução de neokantismo e realismo lógico com respeito à relação entre o anti-psicologismo e a ideia da subjetividade, isto não exclui importantes diferenças características na concepção de subjetividade. Certamente há um paralelo na evolução de Natorp, pelo lado do neokantismo, com a evolução de Frege, pelo lado do realismo lógico primeiro e com a aparição da fenomenologia husserliana depois. Todavia, este paralelismo, não implica identificar absolutamente ambas posições, que ainda guardam diferenças extremamente significativas, próprias da peculiaridade do programa geral de cada uma destas tendências. No entanto Frege será conduzido a negação radical do PI, Natorp, que continua fiel a este princípio por razões não secundárias, será conduzido à dissolução do dualismo estático próprio do naturalismo de um sujeito diante de um objeto. Em tanto Husserl (1897 [1986]), retomando a distinção de Twardowski (1894) entre conteúdo e objeto, avançará em direção à ulterior distinção entre conteúdo real e ideal, Natorp (1897), se opondo por igual a Twardowski e Husserl, questionará o direito da própria distinção conteúdo-objeto.

Ora, se há uma certa unidade de tendência na concepção de subjetividade de Frege e Husserl, há aqui ainda uma diferença essencial, a saber, que só a partir de Husserl a concepção de subjetividade do realismo lógico recebe uma fundamentação metódica adequada: a fenomenologia. Esta fundamentação metódica, por outra parte, haverá de evidenciar-se como enormemente fecunda muito além dos requerimentos de fundamentação inerentes ao realismo lógico, por um lado e, por outro, como infinitamente mais rica em possibilidades que uma consideração puramente reconstrutiva como a natorpiana, que ainda estando plenamente de acordo com o programa do método transcendental neokantiano, nunca sairá de um mero esboço programático.

Referências

- Avenarius, Richard: (1888/1890) *Kritik der reinen Erfahrung*. 2 vols. Leipzig: Fues. 2nd ed. 1907/1908.
- Bauch, B. (1917). *Immanuel Kant*. Berlin and Leipzig: Göschen.
- Beneke, F. E. (1842). *System der Logik als Kunstlehre des Denkens*. Berlin: Dummler. Hildesheim: Olms, 2005
- Bolzano, B. (1837). *Wissenschaftslehre*. Sulzbach: Seidelsche Buchhandlung. Stuttgart/Bad Cannstatt: Fromman Verlag, 1985.
- Bolzano, B. (1837) Der Briefwechsel B. Bolzano's mit F. Exner. In: *Bernhard Bolzanos Schriften. Band 4*. Hrsg. Königlichen Böhmischen Gesellschaft der Wissenschaften. 1935
- Brentano, F. (1874). *Psychologie vom empirischen Standpunkt*. 2 Bde. Leipzig: Duncker und Humblot. Hamburg: Felix Meiner, 1971.
- Cassirer, E. (1907). Zur Frage der Methode der Erkenntniskritik. *Vierteljahresschrift für wissenschaftliche Philosophie*, 31 Leipzig. Disponível em <www.gleichsatz.de/b-u-t/begin/nelson/cassirer1.html>.
- Cohen, H. (1883). *Das Prinzip der Infinitesimal-Methode und seine Geschichte*. Berlin: Dümmler. Hildesheim: Olms, 1984.
- Cohen, H. (1871). *Kants Theorie der Erfahrung*. Berlin: Dümmler. Hildesheim: Olms, 1987.
- Czolbe, Heinrich (1855). *Neue Darstellung des Sensualismus. Ein Entwurf*. Costenoble
- Dilthey, W. (1894). *Ideen über eine beschreibende und zergliedernde Psychologie*. Berlin: Königliche Akademie der Wissenschaften.
- Erdmann, B. (1892). *Logik. Logische Elementarlehre*. Halle: Niemeyer.
- Frege, G. (1884). *Die Grundlagen der Arithmetik*. Breslau: Wilhelm Koebner. Hamburg: Meiner. 1998.
- Frege, G. (1893). *Grundgesetze der Arithmetik, begriffsschriftlich abgeleitet*. vol. 1. Jena: Verlag von Hermann Pohle.
- Fries, J. F. (1828). *Neue oder anthropologische Kritik der Vernunft*. Heidelberg: Christian Friedrich Winter. Berlin: Verlag Öffentliches Leben, 3. 1935



- Gurland-Eliaschoff, E. (1910). *Erkenntnistheoretische Studien auf anti-psychologischer Grundlage. Erster Teil. Die Voraussetzungen des modernen Psychologismus und der Ausgangspunkt Kants*, inaugural dissertation, Bern: Buchdruckerei Scheitlin and Co.
- Helmholtz, H. (1855). *Über das Sehen des Menschen*. Ein popular wissenschaftlicher Vortrag gehalten zu Königsberg in Preussen. Zum Besten von Kants Denkmal. Am 27 Februar 1855. Leipzig: Voss. In Helmholtz, H.: *Vorträgen und Reden*. 4te. Aufl. Braunschweig: F. Vieweg und Sohn, 1903
- Höfler, A. (1890). *Logik*. Wien: Tempski Verlag, 1980.
- Höfler, A. (1906). Sind wir Psychologen? *Atti del V Convegno internazionale de Psicologia* (p. 322-328). Roma: Forzan.
- Herbart, J. F. (1813). *Lehrbuch zur Einleitung in die Philosophie*. Königsberg: Unzer. Hamburg: Meiner. 1993
- Husserl, E. (1897). *Besprechung von K. Twardowski*. In: *Husserl, Edmund: Aufsätze und Rezensionen (1890-1910)*. Mit ergänzenden Texten hsg. von Bernard Rang. Husserliana, XXIII, Den Haag: Nijhoff (Hua, XXII), 1986.
- Husserl, E. (1913). *Introduction to the Logical Investigations. A draft of a preface of the Logical investigations*. Fink, Eugen (ed.). The Hague: Martinus Nijhoff. 1975
- Husserl, E. (1900). *Logische Untersuchungen. Erster Band. Prolegomena zur reinen Logik*. Ed. Elmar Holenstein. Husserliana XVIII. The Hague: Martinus Nijhoff, 1975.
- Kerry, B. (1887). Über Anschauung und ihre psychische Verarbeitung. Vierter Artikel. *Vierteljahresschrift für wissenschaftliche Philosophie* 11, p. 249-307.
- Kusch, M. (1995). *Psychologism. A case Study in the Sociology of Philosophical Knowledge*. London: Routledge.
- Lange, F.A. (1877). *Logische Studien. Ein Beitrag zur Neubegründung der formalen Logik und der Erkenntnistheorie*. Iserlohn: J. Baedeker;
- Lazarus, M., Steintahl, H. (1860). Einleitende Gedanken über Völkerpsychologie. *Zeitschrift für Völkerpsychologie und Sprachwissenschaften*, i, pp. 1-73.
- Lipps, T. (1880). Die Aufgabe der Erkenntnistheorie. *Philosophische Monatshefte*, XVI, pp. 28-58. 198-226, 427-445.
- Lipps, T. (1893). *Grundzüge der Logik*. Hamburg/Leipzig, Verlag von Leopold Voss.
- Lotze, H. (1874). *Logik. Drei Bücher vom Denken, vom Untersuchen und vom Erkennen*. Leipzig: Hirzel. Misch, Georg (ed.). Leipzig: Verlag von Felix Meiner, 1912.
- Mach, Ernst (1885). [*Analyse der Empfindungen und das Verhältnis des Physischen zum Psychischen*](#). 9te. Aufl. Jena: G Fischer, 1922.
- Mach, Ernst (1906). [*Erkenntnis und Irrtum*](#). Leipzig: Barth.
- Marty, A. (1908). *Untersuchungen zur Grundlegung der allgemeinen Grammatik und Sprachphilosophie*. Halle: Niemeyer.
- Meinong, A. (1885). *Über philosophische Wissenschaft und ihre Propädeutik*. Wien: Alfred Hölder.
- Meinong, A. (1921) *Selbstdarstellung*. In: *Die deutsche Philosophie der Gegenwart in Selbstdarstellung*. Band I. Leipzig: Meiner, p. 91-150.
- Moog, W. (1919). *Logik, Psychologie, Psychologismus. Wissenschaftssystematischen Untersuchungen*. Halle: Niemeyer.
- Natorp, P. (1888). *Einleitung in die Psychologie nach kritischer Methode*. Freiburg, Mohr.
- Natorp, P. (1887). Über objektive und subjektive Methode. *Philosophische Monatshefte*, XXIII, 257-286.
- Natorp, P. (1897) Bericht über deutsche Schriften zur Erkenntnistheorie aus den Jahren 1894 und 1895. *Archiv für systematische Philosophie*. pp. 101-121; 193-209; pp. 391-402.



- Natorp, P. (1901). Zur Frage der logischen Methode. M. Bez. Auf E. Husserls „Prolegomena zur reinen Logik“. *Kant Studien*, 6, pp. 270-283.
- Natorp, P. (1903). *Platos Ideenlehre. Eine Einführung in den Idealismus*. Leipzig: Dürr.
- Natorp, P. (1918). Bruno Bauchs „Immanuel Kant“ und die Fortbildung des Systems des Idealismus. *Kant Studien*, 22, pp. 426-459.
- Palagy, Melchior. (1902). *Der Streit der Psychologisten und Formalisten in der modernen Logik*. Leipzig: W. Engelmann.
- Porta, M. (1990). *Transzendentaler Objektivismus. Bruno Bauchs kritische Verarbeitung des Themas der Subjektivität und ihre Stellung innerhalb der Neukantianischen Bewegung*. Frankfurt/Bern/New York/Paris: Peter Lang.
- Porta, M. (2011). *Estudos neokantianos*. São Paulo: Loyola.
- Porta, M. (2013). *Edmund Husserl. Psicologismo, psicologia, fenomenologia*. São Paulo: Loyola.
- Porta, M. (2016). Kerry and the evolution of Frege's critique of psychologism. *Brentano Studien*, XIV, pp. 270 – 296.
- Porta, M. (2017). The critique of psychologism and the conception of subjectivity in Frege and Husserl. *Centennial Review*, v. 17, pp. 135-156.
- Porta, M. (2019). Entschlüsse, Frege on decisions. *The New Yearbook for phenomenology and phenomenological philosophy*. Vol. 18. pp. 11-22.
- Porta, M. (2019/2020). Brentano and his School on the Psychological Methode. *Brentano Studien*, XVII, pp. 37-68
- Porta, M. (2020a). *Psychologism*. Routledge Enciclopedia of Philosophy. Online: <https://www.rep.routledge.com/>
- Porta, M. (2020b). *Psicologia e filosofia. Estudos sobre a querela em torno ao psicologismo (Psychologismusstreit)*. São Paulo: Loyola.
- Rath, M.. (1994). *Der Psychologismusstreit in der deutschen Philosophie*. Freiburg/München: Alber.
- Rickert, H. (1892). *Der Gegenstand der Erkenntnis*. Tübingen: J.C.B. Mohr. 2a. 1904.
- _____. (1909). Zwei Wege der Erkenntnistheorie. Transzendentalpsychologie und Transzendentallogik. *Kant Studien*, 14, 169-228.
- Sigwart, Ch. (1873). *Logik*. 2. Bände Tübingen: Mohr.
- Stumpf, C. (1892). *Psychologie und Erkenntnistheorie*. München: Verlag der K. Akademie.
- Trendelenburg, A. (1843). *Die logische Frage in Hegels System*. Leipzig: F. A. Brockhaus.
- Twardowski, K. (1894). *Zur Lehre von Inhalt und Gegenstand der Vorstellung. Eine psychologische Untersuchung*. München: A. Hölder.
- Windelband, W. (1884). Kritische oder genetische Methode? In: Windelband, W.: *Präludien. Aufsätze und Reden zur Philosophie und ihrer Geschichte*. 2d. Bde. Tübingen: Mohr. 9.Aufl. 1924. II, p. 99-135.
- Wundt, W. (1883). *Logik*. Stuttgart: Verlag von Ferdinand Enke. 2Bde.

Submetido em 01.11.2021 – Aceito em 03.02.2022